

**DISCURSO DE SAUDAÇÃO AOS DESEMBARGADORES EMPOSSADOS PARA
A NOVA ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 3ª REGIÃO NO BIÊNIO 2008/2009**

Desembargador Antônio Álvares da Silva

Em 12 de dezembro de 2007

RESUMIDO

I Introdução

Vivemos neste instante o compromisso democrático com nossas instituições. Renovamos os quadros e prosseguimos na História, palco em que os humanos vivem sua existência, na busca permanente pela vida digna e por dias melhores.

Karl Popper, em seu livro recentemente traduzido "Em Busca de um Mundo Melhor", salienta que a grande vantagem da democracia é permitir a alternância do Poder, de modo regular, sem necessidade de luta ou violência.

É o que fazemos nesta hora. Pela vontade livre do Tribunal foram escolhidos seus dirigentes. Agora, realizando concretamente esta liberdade, eles assumem os cargos para os quais foram eleitos.

As instituições democráticas só serão grandes e fortes se cada tijolo ocupar o lugar devido na construção da grande obra coletiva que as simbolizam. Neste momento fazemos nossa parte através de uma escolha legítima, dentro de uma instituição livre.

E estamos todos felizes em praticar este ato de democracia e liberdade.

II O Presidente

O Desembargador Paulo Sifuentes tem todas as condições para ser presidente de nossa Casa.

Apesar de sua juventude, é um homem que colheu experiências através do trabalho, sem dúvida a melhor forma de se preparar para ser útil e servir ao próximo.

Como professor universitário, viu o Direito na doutrina. Como corregedor, viveu-o na prática. O homem é razão e práxis. A razão é um instrumento da vida e a vida é a matéria prima da razão.

Nosso Presidente tem condições de conciliar as duas. Portanto, está apto a agir com correção.

Juiz deste 1980, inclusive substituindo no TST, não lhe falta a vivência da instituição e de seus problemas cotidianos. Saberá naturalmente enfrentá-los e com êxito e sensatez.

Humano, convivente, simples e humilde, não lhe faltam atributos pessoais para o cargo.

Seu biênio na Corregedoria foi pacífico e construtivo. Lidando com espinhos, soube construir um caminho correto, por onde se escoaram sem atrito os problemas.

Foi enérgico, mas justo; quando puniu, fez da pena a construção do bem e não a exacerbação do erro. Promoveu a instituição, incentivou as virtudes, trabalhou para o crescimento da casa.

Esta foi sua conduta como corregedor. Uniu em vez de desagregar. Incentivou em vez de desestimular. Teve calma ao lidar com erros humanos e foi pródigo ao realçar virtudes.

Continuou com a tradição de eficiência de nossa Corregedoria, na pessoa de todos que a ocuparam. Mas, deu-lhe o toque de sua personalidade e a direção de seu temperamento.

Foi exatamente isto que ele fez. Daí a grandeza de seu trabalho e o êxito de sua missão.

Pai de três filhos, dividindo com a esposa Maria Helena, a felicidade de uma família em ordem.

Se, para governar, basta ser honesto, segundo a receita de Thomaz Jefferson, nosso presidente tem esta virtude cardeal.

Portanto, Presidente, nossa Casa espera por seu trabalho. E temos a certeza do êxito final.

III O Vice-Presidente Judicial

Nosso vice-presidente judicial é um homem de rica personalidade.

Tem ampla experiência administrativa, como ex-procurador chefe do Tribunal de Contas do Estado, além de longa militância na Justiça do Trabalho como servidor e advogado.

Tem várias condecorações em reconhecimento a seu trabalho.

O fato mais interessante de sua vida é que, metendo-se na política, quase se elegeu deputado federal.

Nas cidades em que foi votado no Sul de Minas teve sempre mais de 90% dos votos válidos. Em Baependi, obteve praticamente a totalidade dos votos apurados.

Na sua fazenda em Caxambu, cavalgando seus belos mangalargas, cultiva o lado simples e bucólico da vida.

Na casa que ali construiu, no alto do morro, divisando na frente a cidade e aos fundos a serra da canastra, retira-se para os momentos de reflexão.

Certa vez me disse que ali vai passar os tempos de tranqüilidade quando deixar o trabalho e quer que seja chamado de "o velho do morro".

Mas este tempo ainda vai demorar muito. Até lá, nosso Tribunal terá não o velho do morro, mas o jovem dinâmico, trabalhador, que vai emprestar à nossa instituição, sua experiência e capacidade de trabalho.

Estamos com ele muito bem servidos.

A sua esposa Zélia e aos filhos, nossos cumprimentos.

IV A Vice-Presidente Administrativa

A Desembargadora Maria Lúcia veio da Procuradoria. Tem vários cursos superiores e experiência na área.

Discreta e trabalhadora, vai ter agora a oportunidade de empregar o que sabe fazer na administração do tribunal.

Temos a certeza de que sua cooperação será decisiva para os encargos administrativos, que são complexos e muitas vezes difíceis.

A ela, seu esposo Fernando e filhos, nossos cumprimentos.

V O Corregedor

O Desembargador Eduardo Augusto Lobato teve também larga experiência jurídica antes do ingresso em nossa instituição.

Foi primeiramente delegado de polícia. Depois promotor. Finalmente, ingressou na Justiça do Trabalho e está no tribunal desde 1999.

É mestre em Direito pela UFMG.

Sua capacidade de trabalho é ilimitada. Ele costuma dizer com sua voz pausada "Eu moro no Tribunal".

De fato, já o vimos diversas vezes, tarde da noite, empenhado no mundo diverso e complexo da Corregedoria.

Personalidade empreendedora e multifária, Eduardo Augusto Lobato resolveu produzir, por diversão e artesanalmente, certo tipo de cachaça, para distribuir entre os amigos.

Acontece que o produto teve aceitação geral e tornou-se nacionalmente conhecido. Hoje a famosa "lobatinha" é uma das mais disputadas marcas nacionais.

Tem uma bela fazenda perto de Divinópolis onde recupera as forças para a lida pesada do seu trabalho cotidiano. E assim, entre os prazeres do campo e os encargos da cidade, divide sua vida metódica e organizada.

Atento a tudo, conhecedor da instituição e de seus problemas, o Desembargador Lobato fará na certa uma grande administração, pois é dotado de grande capacidade de trabalho e disciplina pessoal. Dará muito à nossa instituição com sua experiência jurídica e humana.

À sua esposa Elisa e filhos, os nossos cumprimentos.

VI O Presidente que sai

Tarcísio Gibosky foi um grande presidente. Deixa a casa em ordem. Cumpriu com seu dever. O Tribunal, sob sua gestão, realizou um fato inédito na História do Judiciário brasileiro. Deslocou para o interior uma de suas turmas e ficou mais próximo do povo.

Citarei apenas este fato por carência de tempo. Mas ele, por si mesmo, já é bastante.

É preciso agora que se criem novas turmas pelo interior de Minas, até que todo o Tribunal se transforme em unidades menores, mais ágeis, mais baratas e mais eficientes, servindo ao povo onde ele está.

Voltando ao trabalho normal, V. Ex;^a terá a grata satisfação do dever cumprido. E a certeza de que contribui para a construção de um mundo melhor.

O mesmo deve ser dito em relação aos vice-presidentes José Miguel e Maria Laura.

VII Conclusão

Apresentados os dirigentes que vão comandar nossa instituição pelo próximo biênio e mostradas as virtudes de cada um, poderia encerrar esta modesta saudação.

Porém a época em que vivemos, merece algumas reflexões que precisam ser pensadas num momento como este. Vou fazê-las rapidamente antes de encerrar.

O Direito do Trabalho formatou juridicamente a relação de emprego num contrato que vinculou as figuras do empregado, que prestava pessoalmente serviços de natureza não eventual e mediante salário ao empregador.

Este núcleo isolou-se da relação de trabalho para proteger o trabalhador subordinado, dotando-o de superioridade jurídica para compensar a desigualdade econômica que se formou entre ele e o detentor do capital.

Esta situação permaneceu até finais do século vinte, quando então o vínculo rompeu-se, gerando a chamada "precarização da relação de emprego", em razão das novas formas de produção, que passaram a regular-se pela informatização.

Inverteu-se a ordem dos fatores, que agora se mede pela razão inversa do elemento humano nela utilizado: quanto menos trabalhador, mais produtividade.

O homem tornou-se descartável e prescindível. Foi substituído pela organização e pelas máquinas. Daí o desemprego em massa, mal que a sociedade moderna não dominou até agora em nenhum país do mundo.

As relações de trabalho tornaram-se plásticas e movediças. As constantes e muitas vezes bruscas exigências da competição obrigam as empresas a permanentes transformações e ajustes, que não aceitam obstáculos em nenhum tipo de barreira jurídica.

Por isto, o contrato de trabalho flexibilizou-se e seu núcleo protetor desregulou-se.

Dados estatísticos do IBGE mostram que os contratos de trabalho sem carteira assinada e aqueles em que, mesmo assinada, não se cumpre a legislação trabalhista, já são em maior número do que o contrato de trabalho formalizado.

Portanto o contrato de trabalho que temos já é residual e minoritário. Nossa CLT envelheceu e inevitavelmente morrerá em breve.

Que poremos em seu lugar? Esta é a pergunta que a Ciência do Direito de nosso século terá que responder.

Somos hoje contemporâneos da História e vamos reconstruir o mundo em que vivemos. Mas de que forma?

Ninguém sabe. O futuro é uma grande interrogação e sobre nossos ombros pesa uma imensa responsabilidade.

Este Tribunal, como instrumento da solução de conflitos de trabalho, será um agente de construção deste novo universo. Seus juízes de todas as instâncias serão trabalhadores deste novo mundo, juntamente com os advogados, os servidores e o Ministério Público.

Viveremos uma época riquíssima em novos modelos e idéias.

SENHOR PRESIDENTE, DESEMBARGADOR PAULO SIFUENTES:

Nosso Tribunal, que vai viver e ajudar a construir este mundo fascinante, está sob seu comando.

Confiamos todos na sua capacidade de trabalho, na juventude de sua força e na segurança e certeza de seus objetivos.

Nós, juízes, servidores e advogados vamos ajudá-lo na grandiosa tarefa.

A assessoria administrativa é a melhor do Brasil. Temos quase 3.500 servidores, dos quais 514 com cursos de especialização, 18 com mestrado e 2 com doutorado. 43 da área administrativa concluíram recentemente o curso da Fundação Getúlio Vargas.

Portanto, não lhe faltará amparo administrativo.

Gianbatista Vico já dizia, em 1725, que a humanidade é fruto de si mesma. Assim sendo, ela terá a altura dos homens que a personificarem numa determinada época de sua história.

Esperamos que todos sejamos grandes para reconstruir o novo direito do trabalho que o mundo espera de nós.

E, ao forjá-lo, que tenhamos os olhos postos na Justiça que devemos fazer aos que trabalham e aos que empreendem, porque são os trabalhadores e os empresários que criam os bens e os serviços de que a humanidade precisa para viver.

Que esta Casa seja tanto nossa quanto deles.